

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 86/2025.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Há necessidade de contratação de empresa especializada para realizar serviços de manutenção e regulagem de equipamento odontológico na Unidade Odontológica da ESF Hermany.

A prestação de serviços compreende o conserto e a regulagens do suporte de pontas de alta rotação.

Os serviços são necessários para restabelecer o funcionamento do equipamento, evitar cancelamentos de consultas, assegurar condições adequadas de biossegurança e eficiência e preservar o patrimônio público, conforme as boas práticas de gestão, por meio de manutenções corretivas.

O conserto e a regulagem incorretos de suportes de pontas de alta rotação podem causar danos ao paciente, como riscos de segurança e contaminação, e ao profissional, com lesões ergonômicas e falha no atendimento. A ausência de manutenção adequada pode levar a:

- Riscos para o paciente: uma caneta desregulada ou com peças desgastadas pode causar superaquecimento, desconforto e até lesões no paciente; problemas de vedação ou lubrificação podem permitir a contaminação por patógenos, que pode ser transmitida através das brocas e da mangueira da caneta. A caneta pode não ter a precisão necessária para um tratamento seguro e eficaz, colocando o resultado em risco.

- Riscos para o profissional: a dificuldade em encaixar ou acionar as brocas pode causar esforços excessivos e repetitivos, levando a dores lombares, nas mãos, tendinites e outros problemas ergonômicos a longo prazo; a falta de confiança no equipamento pode gerar medo e insegurança no profissional, afetando a qualidade do atendimento. A necessidade de parar o procedimento para realizar ajustes ou lidar com falhas na caneta pode aumentar o tempo da consulta e gerar insatisfação.

- Riscos para o equipamento: um pequeno problema, se não reparado, pode evoluir para um dano mais grave e caro, exigindo a substituição do equipamento ou de componentes importantes, como os rolamentos. A falta de lubrificação adequada e de manutenção preventiva pode diminuir a vida útil das canetas, gerando custos de substituição mais frequentes.

A manutenção corretiva solicitada é indispensável para assegurar o atendimento odontológico adequado à população. O mau funcionamento das pontas de alta rotação prejudica a realização de procedimentos clínicos básicos, podendo causar atrasos e interrupções no atendimento. A contratação visa restabelecer a normalidade nos atendimentos odontológicos, garantindo a segurança, a eficiência e a qualidade no atendimento prestado na Unidade Odontológica da ESF Hermany.

Sendo assim, a contratação desse serviço é de extrema necessidade para proporcionar condições para que a Administração Municipal consiga cumprir com suas obrigações junto à Comunidade, pois uma das principais ações da Gestão Municipal tem o foco ao bom atendimento da população, através da prestação de serviços públicos na sua competência, trabalhando preventiva e corretivamente para melhoria de vida da população.

2. SETOR REQUISITANTE

Setor odontológico, Secretaria da Saúde.

3. DEMONSTRATIVO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O Município de Ibirubá-RS não possui Plano de Contratações Anual.

É importante ressaltar que a ausência de um plano de contratação anual no Município se deve a uma série de fatores que limitaram a sua implementação até o momento. Embora a legislação (Artigo 12, VII, da Lei nº 14.133) estabeleça a obrigatoriedade de um plano de contratações anual, é necessário considerar as circunstâncias específicas que podem justificar a sua ausência temporária.

A fim de evitar críticas sobre a falta de planejamento, a Secretaria da Saúde quer esclarecer a situação de forma transparente, explicando o contexto que levou à dispensa de licitação e, ao mesmo tempo, demonstrar que a contratação formal de uma empresa para prestação de serviços técnicos especializados na manutenção preventiva e corretiva, com reposição e fornecimento de peças, para os equipamentos odontológicos, periféricos e de esterilização, em uso nos Postos Odontológicos da Secretaria da Saúde do Município de Ibirubá-RS, já está em andamento.

A Secretaria reconhece que o uso da dispensa de licitação pode gerar questionamentos sobre o planejamento e gestão. É importante salientar que a medida foi adotada por conta da urgência de manter os serviços odontológicos funcionando na ESF Hermany. E, que a Secretaria iniciou um processo formal para a contratação dos serviços de manutenção, conforme Processo Aprova nº 4877/2025, do dia 02/09/2025, comprovando a ação proativa da Secretaria em iniciar o processo licitatório com antecedência.



Importante mencionar que a morosidade na finalização desse processo, por razões administrativas ou burocráticas, gerou a necessidade de uma contratação direta via dispensa de licitação para evitar a interrupção do atendimento à população, comprovando, desta maneira, que a dispensa de licitação não representa uma falha de planejamento, mas sim uma medida excepcional para garantir a continuidade dos serviços essenciais.

Reafirmamos o compromisso da Secretaria da Saúde com a transparência e a legalidade, pois a dispensa de licitação está amparada pela legislação (Lei nº 14.133/2021) e que todos os atos foram devidamente justificados e registrados.

A Secretaria da Saúde se resguarda ao afirmar que o processo de licitação formal continua em andamento e que a contratação via dispensa de licitação é uma solução provisória, válida pelo menor tempo possível, até que a contratação definitiva seja concluída, demonstrando um plano de ação claro, concreto e completo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços.

4.2. A Contratada deverá efetuar os serviços, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

4.3. A Contratada deverá prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, relacionados com as características do serviço contratado.

4.4. A Contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da prestação dos serviços, dentre elas o deslocamento, instalação e material, sem qualquer ônus para a Municipalidade.

4.5. Responsabilizar-se pelos danos causados direto ou indiretos a Prefeitura de Ibirubá ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto deste documento.

4.6. O pagamento será realizado em parcela única, até o 10º dia útil subsequente ao da prestação dos serviços, após aprovação definitiva pelo Fiscal.

4.7. Acatar e facilitar a ação da fiscalização da Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.

4.8. Emitir Nota Fiscal, onde conste, no mínimo, a descrição dos serviços e peças, a quantidade, prazo de garantia, o valor unitário e o valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, de modo a viabilizar a conferência.

4.9. Durante a vigência do contrato, a empresa deverá prestar o suporte necessário, principalmente quanto a necessidade de eventual manutenção ou atualização da solução, sempre que necessário.

4.10. Todos os serviços a serem prestados deverão seguir as especificações técnicas apresentadas neste ETP:

4.10.1. Manutenção realizada por profissional técnico habilitado.

4.10.2. Utilização de peças compatíveis e originais, conforme necessidade.

4.10.3. Emissão de relatório técnico detalhado, contendo as peças substituídas, medições realizadas e parecer sobre as condições finais do equipamento.

4.11. Oferecer peças originais ou genuínas oficiais do equipamento, e que apresente as características técnicas em conformidade com as descrições e especificações do fabricante do equipamento.

4.12. Possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias.

4.13. Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº 8.078/1990.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a Administração Pública, as opções que o mercado oferece para a contratação de serviços de manutenção corretiva resumem-se, principalmente, em duas: a contratação de empresa terceirizada ou a utilização de equipe técnica própria.

No primeiro caso, tem-se por vantagem que as empresas especializadas possuem *know-how*, profissionais treinados e certificados, além de acesso a peças de reposição e ferramentas específicas para a manutenção, o que garante um serviço de maior qualidade e agilidade, pois a resposta rápida, principalmente para manutenções corretivas, minimiza, consideravelmente, o tempo de inatividade do equipamento.

No caso da Administração montar uma equipe técnica para esse serviço, essa solução esbarra na inexistência de servidores públicos ou funcionários dedicados e treinados para a manutenção dos equipamentos. Sem contar o alto custo para manter uma equipe com a capacitação específica e certificada para lidar com a complexidade de diferentes tipos de equipamentos, além de arcar com treinamentos constantes e salários. Mais o investimento em bancadas de teste, ferramentas especializadas e um estoque de peças de reposição.

Levando em consideração as vantagens e desvantagens de um ou outro caso para atender a demanda da manutenção corretiva de equipamentos odontológicos, a qual requer um nível de especialização, e que não é a



atividade-fim da Administração Pública, a contratação de uma empresa terceirizada especializada apresenta-se como a solução mais eficiente, econômica e juridicamente fundamentada, permitindo que o Órgão Público concentre seus recursos e esforços em suas atividades-fim, delegando as atividades de suporte a especialistas. Revisando processos de outras Entidades Públicas, não foram encontradas outras tendências, inovações ou metodologias que poderiam alterar o tipo de solução a contratar, justamente por ser um serviço comum para uma demanda básica. Dessa forma, para o atendimento da presente demanda, no momento, somente visualizou-se uma opção disponível no mercado, que é justamente a contratação de empresa do ramo. Trata-se de contratação frequente, existindo diversas empresas que atendem às especificações mínimas exigidas pela Administração Pública, sendo utilizado como valor de mercado e referência a pesquisa realizada junto a empresas do ramo, no intuito de nortear a pesquisa de preços para uma averiguação de compatibilidade do valor a ser pago.

ITEM	DESCRIÇÃO	AVEOM	MEDIESE	TOP AIR
01	Serviço técnico de manutenção corretiva e regulagem em Consultório Odontológico.	580,00	650,00	700,00
02	Suporte de Pontas Olsen	220,00	265,00	300,00
	TOTAL	800,00	915,00	1.000,00

6. QUANTITATIVO ESTIMADO DOS ITENS POR SOLUÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Serviço técnico de manutenção corretiva e regulagem em Consultório Odontológico.	UNID.	01	580,00	580,00
02	Suporte de Pontas Olsen	UNID.	01	220,00	220,00

TOTAL R\$ 800,00

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução escolhida para a presente contratação abrange a manutenção corretiva e regulagem de equipamento essencial ao funcionamento do consultório odontológico, conforme as especificações técnicas usuais de mercado. O serviço foi selecionado de modo a garantir a operacionalidade e a funcionalidade do equipamento, conforme as necessidades de atendimento do setor, considerando aspectos de eficiência, segurança e durabilidade. A solução proposta envolve a contratação da empresa Porto, Rocha e Cia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 04.463.475/0001-75, com valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), por meio de um processo administrativo de dispensa de licitação, conforme permissivo legal fundamentado no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativo do objeto da contratação, foram definidos pelo setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Como anteriormente já mencionado, a Secretaria já iniciou um processo formal, Aprova número 4877/2025, em 2 de setembro de 2025, para a contratação dos serviços de manutenção, com a finalidade de resolver a situação a longo prazo, e que a decisão tomada foi necessária devido a circunstâncias imprevistas, mesmo com o processo de licitação em andamento.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas, nem interdependentes, para a viabilidade e a contratação desta demanda.

9. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

Considerando as especificidades do presente objeto, a demanda não tem como ser parcelada, pois trata-se de objeto único e singular.



10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação da empresa especializada, pretende-se restabelecer plenamente o funcionamento do equipamento odontológico, garantindo melhoria na qualidade e continuidade dos atendimentos odontológicos, além de garantir a segurança dos profissionais e pacientes da Unidade Odontológica da ESF Hermany.

Enfim, assegurar a continuidade dos serviços odontológicos, evitando a interrupção dos atendimentos à população, mantendo a regularidade e a qualidade do serviço público de saúde bucal, em conformidade com as diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde e com as normas técnicas aplicáveis.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A manutenção do suporte de pontas da cadeira odontológica gera impactos ambientais principalmente relacionados à gestão inadequada de resíduos infectantes, químicos e eletrônicos, além do consumo de recursos como água e energia. O manejo correto é crucial para a saúde pública e a proteção do meio ambiente, seguindo as normas da ANVISA.

O principal impacto ambiental refere-se aos resíduos gerados por tal ação, pois o suporte de pontas e as mangueiras retêm fluidos corporais, saliva e sangue. Os componentes que não podem ser esterilizados ou desinfetados e precisam ser descartados, são classificados como resíduos potencialmente infectantes. O descarte inadequado contamina solo e água.

A limpeza e desinfecção envolvem o uso de produtos químicos, tais como desinfetantes à base de cloro e álcool 70% que, se descartados incorretamente no esgoto comum, podem impactar sistemas de tratamento de água e ecossistemas aquáticos.

No caso de substituição de peças, placas de circuito ou do próprio suporte, caso danificado de forma irreparável, esses componentes contêm metais pesados e plásticos que requerem descarte especializado para evitar contaminação ambiental.

Para minimizar os impactos ambientais, é fundamental adotar um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), conforme as diretrizes legais brasileiras contidas no RDC nº 33/03 e normas da ANVISA. Ou seja, separar os resíduos imediatamente no local de geração, em recipientes específicos para cada classe (infectante, químico, comum, perfurocortante); resíduos dos Grupos A, B e E devem ser recolhidos e tratados por empresas especializadas e licenciadas para incineração, autoclavagem ou outro tratamento seguro, não podendo ser descartados como lixo doméstico; utilizar a quantidade necessária de desinfetantes e produtos de limpeza, e preferir, quando possível, opções menos agressivas ao meio ambiente sem comprometer a biossegurança; garantir que todos os profissionais envolvidos na manutenção e limpeza conheçam e sigam os protocolos de biossegurança e gerenciamento de resíduos e que os componentes eletrônicos danificados devem ser encaminhados para a reciclagem especializada ou devolução ao fabricante, por meio de logística reversa.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

O presente estudo evidência que a contratação da solução se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Ibirubá, 24 de novembro de 2025.

Laura Paulus
Cirurgiã Dentista

Rogério Mauri de Oliveira
Secretário da Saúde



ASSINATURA ELETRÔNICA

Complemento de assinaturas presentes no documento

Código para verificação: 6925-1645-a7ac-a574-2cd3-3333

Assinado por **ROGERIO MAURI DE OLIVEIRA** em 25/11/2025 às 23:36:56
Identificador Único: **X6pb3KjjjQkHB3d64Uoocp**

Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://ibiruba.aprova.com.br/consulta?documentAuthenticatorCode=6925-1645-a7ac-a574-2cd3-3333>
